



	Regulatório 2019	Societário 2019
Lucro líquido	212.838	518.996
EBITDA	210.838	417.671

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da EATE.

A Diretoria

Relatório da Administração

A EATE afere a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais:	2020	2019
Disponibilidade (%)	99,98%	99,99%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2020, a EATE realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2019/2020; 2. Fida

de cabos de alumínio liga (CAL) 1120 e 6201: Estudo comparativo, efeito de materiais pré-formados; 3. Tecnologia de sensores em fibras ótica para supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica - TECCON 2; 4. Estudo e desenvolvimento de metodologias de inspeção autônoma em linhas de transmissão - Desenvolvimento de Cabeça de Série; 5. Desenvolvimento de Sistema de Realidade Virtual e Aumentada Para Treinamento e Auxílio à Manutenção; 6. Desenvolvimento de modelo para avaliar o desempenho do sistema de aterramento de uma linha de transmissão frente a descargas atmosféricas com base nas condições ambientais e 7. Desenvolvimento de um sistema de monitoramento de qualidade de energia e tomada de decisões em

linhas de transmissão. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Responsabilidade Social:** Como o intuito de contribuir de forma efetiva na ampliação do acesso à cultura, educação de qualidade, prática de esportes e saúde a EATE apoiou em 2020 diversos projetos sociais, através das leis de incentivo, dentre os quais destacamos: Fundação Biênal de São Paulo, Liga Solidária, Instituto Sports, Colégio Mãe Amiga e Hospital do Câncer de Barretos. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Boards - IASB*, e de acordo com a Lei 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

(CPC'S). No exercício de 2020, os resultados da EATE foram:

Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2020 e 2019

	Controladora		Consolidado			
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2019	Reapresentado 2019	Reapresentado 2019	Reapresentado 2019	Reapresentado 2019
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.921	27.275	79.908	63.689	461.754
Investimentos de curto prazo						
Contas a receber da concessão	4	–	14.659	–	190.072	31.494
Concessionárias e permissionárias		16.575	11.490	21.167	25.277	17.180
Ativo contratual da concessão	5	211.823	184.055	180.255	318.923	283.193
IR e CS compensáveis		2	1.547	556	3.230	3.752
Outros tributos compensáveis		107	188	85	1.050	1.258
Dividendos a receber		14.051	3.233	354	3.337	2.747
Adiantamento a fornecedores		813	1.692	–	5.944	6.787
Outros ativos		10.165	11.119	11.641	14.470	15.543
		274.457	255.268	293.966	625.992	823.708
Ativo não Circulante						
Contas a receber da concessão						
- Concessionárias e permissionárias		4.329	4.467	4.261	5.371	5.550
Ativo contratual da concessão	5	1.359.917	1.161.883	1.015.672	2.631.770	1.906.556
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	–	7.810	–	–
Outros ativos		1.179	1.222	7.278	6.088	6.531
Investimentos	6	636.309	479.095	418.385	63.258	56.484
Imobilizado		2.027	1.443	434	2.750	2.128
Intangível		10.522	11.321	12.017	17.745	19.056
		2.014.283	1.659.431	1.465.857	2.726.982	1.996.314
		2.288.740	1.914.699	1.759.823	3.352.974	2.820.022
						2.220.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Controladora		Consolidado			
	Reapresentado 2019	Reapresentado 2019	Reapresentado 2019	Reapresentado 2019	Reapresentado 2019	Reapresentado 2019
Total do Ativo		2.288.740	1.914.699	1.759.823	3.352.974	2.820.022
						2.220.332

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala A - São Paulo - SP. A EATE e suas controladas e coligadas possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Número	Prazo Vigência (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data de entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
EATE		042/2001	30	2031	258.185	IGPM	março/03	Sim
Lumitrans	80%	007/2004	30	2034	31.841	IGPM	outubro/07	Sim
STC (**)	62%	006/2006	30	2036	48.133	IPCA	novembro/07	Sim
EBTE (***)	51%	011/2008	30	2038	48.889	IPCA	junho/11	Não
ESTE (***)	100%	019/2017	30	2047	114.371	IPCA	fevereiro/22	Não

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As RAPs informadas estão conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 5.702/20 de 14/07/2020.

(**) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 50.155 para STC e R\$ 54.043 para EBTE.

(***) O investimento previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") é de R\$485.841, com uma Receita Anual Permitida - RAP de R\$126.028. A entrada em operação comercial está prevista para 09 de fevereiro de 2022.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da EATE e suas controladas e coligadas entendem que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

1.1. Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia: Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão da Covid-19, a Companhia e suas controladas adotaram medidas de monitoramento e prevenção à fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir: Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes dos mesmos. A Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador. O negócio da Companhia e suas controladas apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia e suas controladas não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e suas controladas que pudessem requerer divulgação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2021. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Adoção do Ofício circular CVM 04/2020:** Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular 04/20 que orienta quanto às práticas contábeis introduzidas com a adoção do CPC 48 e do CPC48 a serem observados pelas Companhias transmissoras de energia elétrica. Os principais aspectos são: (i) atribuição de margens para o reconhecimento das receitas oriundas das obrigações de performance de construção e de operação e manutenção; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto do fluxo financeiro dos ativos contratuais da concessão, obtido após a atribuição das respectivas margens; (iii) segregação em rubrica específica na demonstração de resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; (iv) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas adequaram suas práticas contábeis, revisaram as taxas de descontos do ativo contratual, em comparação com a prática anterior. Em decorrência da relevância dos ajustes identificados sobre os saldos de exercícios anteriores, a Companhia está reapresentando os valores correspondentes, conforme divulgado na nota 3.1.2. **2.3. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da EATE e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de suas controladas. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisão, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, civis e trabalhistas. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, a EATE e suas controladas efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção, reforços e melhorias como ativo contratual. Momento de reconhecimento do ativo contratual: A Administração da EATE e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção e O&M. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente e identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da margem de lucro: A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de construção é determinada em

função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e suas controladas têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e suas controladas para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP, que a EATE e suas controladas têm direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outros resultados (despesas) operacionais no resultado. Determinação das receitas de implementação de infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura a medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto. Determinação das receitas de operação e manutenção: Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços. PV (Parcela variável): A Companhia e suas controladas dispõem de um percentual, apurado com base nas PV's (parcelas) para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico. **2.6. Critérios de consolidação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da EATE e suas controladas em 31 de dezembro de 2020. O controle é obtido quando a EATE estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. • Participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas. A tabela a seguir demonstra os investimentos societários que a EATE detém em 31 de dezembro de 2020:

Reservas de lucros	Reserva de lucros		Proposta de distribuição de lucros		Lucros acumulados		Participação de não controladores		Total consolidado	
	Nota	Capital Social legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros	dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total controladora	Total controladores	Total consolidado	Total consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)		581.931	116.386	23.094	180.989	97.544	999.944	233.998	1.233.942	
Aumento de capital		23.094	–	(23.094)	–	–	–	–	–	
Lucro líquido do exercício (reapresentado)		–	–	–	–	–	331.874	331.874	40.059	371.933
Destinação proposta à AGO:										
Reserva legal		–	4.619	–	–	(4.619)	–	–	–	–
Incentivo fiscal		–	–	31.890	–	(31.890)	–	–	–	–
Dividendos adicionais aprovados		–	–	–	–	220.216	(220.216)	(467)	(467)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	(65.200)	(65.200)	(65.200)	(65.200)	–
Pagamento dividendos adicionais aprovados		–	–	–	–	(97.544)	(97.544)	(2.534)	(100.078)	–
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos		–	–	–	–	(166.793)	(166.793)	–	(166.793)	–
Dividendos intermediários		–	–	–	–	–	(8.206)	(12.989)	(21.195)	–
Reserva de retenção de lucros		–	–	–	–	1.743	(1.743)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)		605.025	121.005	31.890	15.939	220.216	994.075	258.067	1.252.142	
Aumento de capital		31.890	–	(31.890)	–	–	–	(14.489)	(14.489)	
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	503.057	503.057	36.543	539.600
Destinação proposta à AGO:										
Reserva legal		–	6.378	–	–	–	–	–	–	–
Incentivo fiscal		–	–	36.133	–	–	–	–	–	–
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	120.879	(120.879)	(5.443)	(5.443)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	(119.121)	(119.121)	(7.067)	(119.121)	–
Dividendos intermediários		–	–	–	–	(220.216)	(220.216)	(1.470)	(1.470)	–
Reserva de retenção de lucros		–	–	–	–	220.546	(220.546)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020		12	636.915	127.383	36.133	120.879	1.157.795	266.141	1.423.936	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

3.1. Reconhecimento da receita:

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia e suas controladas são classificadas nos seguintes grupos: 3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura: Refere-se a receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia e suas controladas utilizam um modelo que apura o custo de operação e manutenção. O custo de operação e manutenção é determinado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. 3.2. Ativo contratual da concessão: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Sendo as premissas de sua mensuração revisadas nas Revisões Tarifárias Periódicas (RTP). Os fluxos de caixa são definidos pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. 3.3. Ativo contratual da concessão: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Sendo as premissas de sua mensuração revisadas nas Revisões Tarifárias Periódicas (RTP). Os fluxos de caixa são definidos pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. 3.4. Ativo contratual da concessão: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Sendo as premissas de sua mensuração revisadas nas Revisões Tarifárias Periódicas (RTP). Os fluxos de caixa são definidos pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. 3.5. Ativo contratual da concessão: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o enc

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Controladora				
	Original-mente emitido em 31/12/2019	Ajustes 31/12/2019	Reapresentado em 01/01/2019	Original-mente emitido em 01/01/2019	Reapresentado em 01/01/2019
Ativo circulante	259.309	(4.641)	255.268	293.966	293.966
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias (c)	20.879	(9.389)	11.490	21.167	21.167
Ativo contratual da concessão (a)/(c)	179.307	4.748	184.055	180.255	180.255
Demais contas não impactadas	59.723	-	59.723	92.544	92.544
Ativo não circulante	1.638.851	20.580	1.659.431	1.451.661	1.465.857
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	4.467	-	4.467	4.261	4.261
Ativo contratual da concessão (a)/(c)	1.157.242	4.641	1.161.883	1.015.672	1.015.672
Investimentos	463.156	15.939	479.095	404.189	418.385
Demais contas não impactadas	13.986	-	13.986	27.539	27.539
Total do ativo	1.898.760	15.939	1.914.699	1.745.627	1.759.823
Passivo circulante	179.146	-	179.146	273.392	273.392
Contribuições e encargos regulatórios diferidos (b)	12.601	-	12.601	13.403	13.403
Demais contas não impactadas	166.545	-	166.545	259.989	259.989
Passivo não circulante	741.478	-	741.478	486.487	486.487
IR e CS diferidos (b)	256.706	-	256.706	214.916	214.916
Contribuições e encargos regulatórios diferidos (b)	79.862	-	79.862	82.900	82.900
Demais contas não impactadas	404.910	-	404.910	188.671	188.671
Patrimônio líquido	978.136	15.939	994.075	985.748	14.196
Capital social	605.025	-	605.025	581.931	581.931
Reserva de lucros (a)/(b)	152.895	15.939	168.834	306.273	320.469
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	220.216	-	220.216	97.544	97.544
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.898.760	15.939	1.914.699	1.745.627	1.759.823

Demonstração do resultado da controladora em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora				
	Referência 31/12/2019	Originalmente emitido em 2019	Ajustes	Reapresentado em 2019	Reapresentado em 2018
Recarga operacional líquida		345.184	-	345.184	345.184
Custo dos serviços prestados (Despesas) receitas operacionais (a)/(b)		(22.520)	-	(22.520)	(22.520)
Equivalência patrimonial		94.042	1.743	95.785	95.785
Receitas e despesas financeiras		(23.004)	-	(23.004)	(23.004)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(10.382)	-	(10.382)	(10.382)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(41.790)	-	(41.790)	(41.790)
Lucro Líquido do Exercício		330.131	1.743	331.874	331.874

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2019 e em 1º janeiro de 2019:

	Consolidado				
	Referência 31/12/2019	Originalmente emitido em 2019	Ajustes	Reapresentado em 01/01/2019	Reapresentado em 01/01/2019
Ativo circulante	832.602	(8.894)	823.708	442.913	442.913
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias (c)	33.598	(16.418)	17.180	34.409	34.409
Ativo contratual da concessão (a)	275.669	7.524	283.193	284.624	284.624
Demais contas não impactadas	523.335	-	523.335	123.880	123.880
Ativo não circulante	1.990.371	5.943	1.996.314	1.785.718	(8.299)
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	5.550	-	5.550	5.260	5.260
Ativo contratual da concessão (a)	1.902.892	3.673	1.906.565	1.694.470	(14.585)
Investimentos (a)/(b)	54.214	2.270	56.484	48.839	6.286
Demais contas não impactadas	27.715	-	27.715	37.149	37.149
Total do ativo	2.822.973	(2.951)	2.820.022	2.228.631	(8.299)
Passivo circulante	261.604	-	261.604	319.283	319.283
Contribuições e encargos regulatórios diferidos (b)	21.373	-	21.373	18.211	18.211
Demais contas não impactadas	240.231	-	240.231	301.072	301.072
Passivo não circulante	1.339.272	(32.996)	1.306.276	700.279	(33.172)
IR e CS diferidos	320.933	(32.649)	288.284	265.320	(33.914)
Contribuições e encargos regulatórios diferidos (b)	154.915	(347)	154.568	161.276	742
Demais contas não impactadas	863.424	-	863.424	273.683	-
Patrimônio líquido	978.136	15.939	994.075	985.748	14.196
Capital social	605.025	-	605.025	581.931	581.931
Reserva de lucros (a)/(b)	152.895	15.939	168.834	306.273	320.469
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	220.216	-	220.216	97.544	97.544
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.822.973	(2.951)	2.820.022	2.228.631	(8.299)

Demonstração do resultado consolidado em 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado				
	Referência 31/12/2019	Originalmente emitido em 2019	Ajustes	Reapresentado em 01/01/2019	Reapresentado em 01/01/2019
Recarga operacional líquida		516.979	10.452	527.431	527.431
Custo dos serviços prestados (Despesas) receitas operacionais (a)/(b)		(53.464)	-	(53.464)	(53.464)
Equivalência patrimonial		18.849	(4.016)	14.833	14.833
Receitas e despesas financeiras		(31.466)	-	(31.466)	(31.466)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(14.816)	-	(14.816)	(14.816)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)		(55.325)	(1.264)	(56.589)	(56.589)
Lucro Líquido do exercício		366.717	5.172	371.889	371.889

b) Participação no resultado e patrimônio líquido:

	Controladas				Coligadas			
	STC	Lumitrans	EBTE	ESTE	Transudeste	Transleste	Transirapé	ERTE
Dados das companhias:								
Total do ativo	223.469	130.726	526.341	760.269	110.325	148.982	267.231	181.859
Total do passivo	30.904	103.565	178.857	577.463	40.630	64.168	80.662	20.589
Patrimônio líquido	192.565	109.143	347.484	182.806	69.695	84.814	186.569	161.270
Recarga líquida	30.939	72.926	33.549	464.010	30.703	42.183	85.786	64.069
Lucro líquido (prejuízo)	24.766	28.625	43.455	144.337	25.016	33.773	74.881	(7.562)
Quantidade de ações	211.003.246	72.012.095	263.058.359	24.141.895	30.000.000	49.569.000	22.340.490	84.133.970
Participação da EATE:								
Quantidade de ações	129.872.000	57.609.676	134.159.752	24.141.894	3.000.000	4.956.900	2.234.049	15.208.597
No capital social	61.55%	80,00%	51,00%	100,00%	10,00%	10,00%	10,00%	18,08%
No resultado	15.242	22.899	22.161	144.439	2.502	3.377	7.926	(1.366)
Dados das companhias no patrimônio líquido:	118.524	87.312	177.215	182.806	6.970	8.479	18.657	29.153
Direito de concessão	118.524	87.312	177.215	182.806	1.802	2.468	2.923	2.923
Total do investimento	118.524	87.312	177.215	182.806	8.772	10.947	21.580	29.153

7. DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	Controladora				Consolidado				
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Encargos	Prin- cipal	Prin- cipal	Total	Total	Encar- gos	Prin- cipal	Prin- cipal	Total	Total
Debêntures 1ª emissão	-	-	-	-	14	21.884	461.933	483.831	467.219
Debêntures 4ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	28.261
Debêntures 5ª emissão	80	53.975	-	54.055	54.149	80	53.975	-	54.055
Debêntures 6ª emissão	6	15.215	11.439	26.660	41.901	6	15.215	11.439	26.660
Debêntures 7ª emissão	12	18.453	27.761	46.226	64.713	12	18.453	27.761	46.226
Debêntures 8ª emissão	2.569	(142)	269.585	272.012	276.018	2.569	(142)	269.585	272.012
Arrendamento mercantil	-	287	480	767	942	-	491	877	1.368
Total	2.667	87.788	309.265	399.720	465.984	2.681	109.876	771.595	884.152

Individualmente o saldo de principal da dívida de curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, para a 5ª emissão de debêntures o montante é de R\$25, na 6ª emissão de debêntures o saldo é de R\$58 e R\$15, na 7ª emissão de debêntures o saldo é de R\$93 e R\$56 e na 8ª emissão de debêntures o saldo é de R\$142 e R\$416, respectivamente. Adicionalmente, em suas demonstrações consolidadas o saldo de principal de curto e longo prazo da 1ª emissão de debêntures, apenas, é apresentado líquido dos custos a amortizar e encargos financeiros de suas controladas, no montante de R\$115 e R\$24.640, respectivamente. • A tabela a seguir apresenta as condições contratadas dos empréstimos, financiamentos e debêntures da EATE e suas controladas:

	Consolidado						
	Condições contratadas	Principal	Taxa a.a.	Periodicidade da amortização	Encargos		
Financiadores/credores	Data da contratação	Venci- mento	Principal	Inde- tado	Juros (%)	Principal	Encargos
Debêntures 1ª emissão	19	jun/24	415.000	116,00%	4,5%	Semestral	Semestral
Debêntures 1ª emissão	19	jun/24	110.000	112,00%	4,5%	Mensal	Mensal
Debêntures 4ª emissão	16	ago/20	159.000	109,75%	do CDI	Trimestral	Trimestral
Debêntures 5ª emissão - Série II	16	set/20	54.000	116,00%	do CDI	No ven- cimento	Mensal
Debêntures 6ª emissão	17	set/21	70.000	107,75%	do CDI	No ven- cimento	Mensal
Debêntures 7ª emissão	22	jun/22	85.000	112,00%	do CDI	No ven- cimento	Mensal
Debêntures 8ª emissão	19	jul/24	270.000	108,60%	do CDI	No ven- cimento	Semestral

As cláusulas restritivas das debêntures são conforme segue:

Limite da dívida líquida em 31 de Dezembro de 2020 (*)

	EATE	EBTE
Debêntures 1ª emissão	N/A	187.452
Debêntures 5ª emissão	1.340.512	N/A
Debêntures 6ª emissão	1.484.421	N/A
Debêntures 7ª emissão	1.415.791	N/A
Debêntures 8ª emissão	1.415.590	N/A

(*) A Administração da EATE e suas controladas mantêm o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2020, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. A movimentação do saldo é conforme segue:

A Diretoria

dos efeitos da revisão das taxas de desconto no fluxo financeiro dos contratos de concessão e respectiva revisão das margens de construção e O&M, incluindo os respectivos efeitos tributários e reclassificação de montantes de adiantamentos de clientes originalmente divulgados como ativo contratual da concessão para a rubrica de contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reclassificados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Reificação de Erro. Adicionalmente, o exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício financeiro em 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019), preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 3.12, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 28 de março de 2019. Como parte de nossos procedimentos de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 3.12 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2018 tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre

Contador:

Willian Yoshiyuki Takahagi - CRC 15P263.345/0-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

As Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase - Reapresentação dos valores correspondentes:** Chamamos atenção para a nota explicativa nº 3.12 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que, em decorrência do reconhecimento

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia e suas controladas em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria relacionado à

contabilização das receitas de contrato na competência incorreta, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da controlada da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo contratual adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.5, 3.2 e 5 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas, cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2021

